



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LAUREY MARRONE SILVA LUSTOSA

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO
NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2017

LAUREY MARRONE SILVA LUSTOSA

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL:
UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Educação de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilda Cordeiro Macêdo

CAMPINA GRANDE – PB

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L968p Lustosa, Laurey Marrone Silva
A política de educação infantil no contexto neoliberal: uma análise do município de Lagoa Seca - PB [manuscrito] / Laurey Marrone Silva Lustosa. - 2017.
38 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Lenilda Cordeiro Macêdo, Departamento de Educação".

1. Educação infantil 2. Políticas públicas 3. Neoliberalismo
I. Título.

21. ed. CDD 372.24

LAUREY MARRONE SILVA LUSTOSA

**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL:
UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB**

Artigo apresentado ao Departamento de Educação de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Políticas Públicas para a Educação Infantil.

Aprovada em: 11/09/2017

BANCA EXAMINADORA

Lenilda Cordeiro de Macêdo

Profa. Dra. Lenilda Cordeiro Macêdo
Orientadora – UEPB

Francisca Pereira Salvino

Profa. Dra. –Francisca Pereira Salvino

Vagda G. G. Rocha

Profa. Dra. Vagda Gutenberg – UEPB

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

A Deus, que sempre me iluminou e guiou os meus caminhos durante essa jornada chamada vida.

À minha querida mãe, Maria José Oliveira Silva, pelo amor e por sua insistência em querer, me educar da melhor forma possível.

A minha amada avó, Maria Josefa Oliveira Silva, pelo afeto e carinho que sempre teve comigo.

A minha adorável irmã, Thaynã Lustosa, pela dedicação e atenção e por todo apoio amoroso ao longo desses anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiro lugar em minha vida, sem ele nada disso seria possível, pois foi nele, e com ele, que criei forças nos momentos mais difíceis e graças a sua infinita misericórdia tive coragem para continuar a caminhada.

A professora Lenilda Cordeiro Macêdo, por aceitar meu pedido de orientação e me guiar nesta investigação.

Aos meus professores de graduação, que me ajudaram ao longo dessa jornada de graduação.

A minha mãe, Maria José, por me educar e me mostrar que a maior riqueza que o ser humano pode ter, é o conhecimento. Além de todo seu apoio, compreensão e amor.

Aos meus familiares, especialmente minha irmã, Thaynã Lustosa, meus avôs, Maria Josefa e Valdemar e minhas primas Stephanye de Sousa e Livia Nascimento, que nos momentos de aflição me demonstraram apoio e muito afeto.

As minhas três companheiras de graduação, e amigas para toda vida: Dannúbya Fernanda, Michelly Menezes e Orcassia O'hara.

Ao meu futuro esposo, Edmar Alves, a quem sempre me dedicou muita atenção, apoio e sobre tudo, amor e foi nele que encontrei abrigo nos momentos mais difíceis.

Meu muito obrigado!

Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	07
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
2.1 A Política de Educação Infantil no Brasil.....	09
2.2 A Política de Educação Infantil no Contexto Neoliberal.....	19
3. METODOLOGIA	23
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1 Análise documental: Censo Escolar.....	25
4.2 Entrevistas	27
4.3 Observações na Creche Alzira Coutinho	30
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE A – Questões Norteadoras para a Entrevista.....	37
APÊNDICE B – Imagens Referentes a Estrutura Física da Creche Alzira Coutinho.....	38

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB

Laurey Marrone Silva Lustosa¹

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 garantiu o direito a educação infantil para as crianças de 0 a 5² anos de idade. Considerando a importância do Estado para a efetivação de políticas educacionais que abarquem a educação infantil, constatamos que a política neoliberal implementada nos últimos anos no Brasil, se apresenta como grande empecilho para a ampliação e a qualidade das políticas educacionais, que visam garantir o direito a educação das crianças a educação infantil. Diante desta conjuntura político-econômica realizamos uma pesquisa de campo com o objetivo de analisar como o Município de Lagoa Seca – PB tem implementado a política de educação infantil e se este tem cumprido com as exigências legisladas no que tange o direito da criança de 0 a 5 anos. Para isso, optamos por uma metodologia quali-quantitativa utilizando como técnicas a análise documental e entrevistas com 3 gestores, dois atuam na secretaria de educação e um na instituição de educação infantil. Os resultados apontam que as políticas destinadas a educação infantil no município de Lagoa Seca-PB apresenta limitações, tanto no acesso quanto na qualidade do atendimento. Portanto, não se efetiva o direito da criança previsto em lei, visto que o atendimento em termos de acesso ainda é baixo, no tocante as crianças de 0 a 3 anos, tendo em vista que constatamos uma expressiva demanda reprimida. Por fim, observamos que as crianças de 4 e 5 anos estão sendo alocadas nas escolas, cuja estrutura física não contempla as especificidades das crianças. Diante deste cenário concluímos que esta etapa educativa, no município em tela, ainda é marcada pelas condições precárias.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Políticas Públicas. Educação Infantil.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas direcionadas a educação infantil no Brasil marcaram-se ao longo das décadas por um cenário de lutas e conquistas para o reconhecimento da criança de 0 a 5 anos enquanto sujeito de direitos. As desigualdades sociais estiveram sempre presentes na educação infantil, na qual verifica-se que o atendimento educacional se diferenciava por classes econômicas, sendo a educação da criança abastada socialmente de caráter pedagógico e o oferecido às crianças pobres de cunho assistencial e compensatório, o qual por muito tempo foi de responsabilidade de entidades filantrópicas. Dentro deste contexto, vários fatores contribuíram para a efetivação do direito da criança

¹ Aluna de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I
E-mail: laureylustosa@gmail.com

² O inciso IV do artigo 208 da Constituição Federal teve sua redação alterada pela Emenda Constitucional no 53, de 2006, passando então a vigorar o seguinte texto: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

pequena: como o processo de urbanização e industrialização, a presença das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças decorrentes destes fatores na organização da estrutura familiar tradicional. A partir dessas transformações se iniciou um cenário de fortes pressões sociais para o direito de educação de todas as crianças de todas camadas sociais, a qual podemos citar como marco para essa efetivação a Constituição de 1988.

A Constituição reconheceu a educação como direito de todos e dever do Estado, mudando o cenário político educacional. A mesma, foi de extrema importância para as políticas de educação infantil, pois em seu art. 208, inciso IV, deixa claro o papel do Estado com esta etapa de ensino, ou seja, é dever dele o atendimento “em creches e pré-escolas para as crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988, p.124). Posteriormente, outras Leis e documentos foram surgindo. Porém, não podemos deixar de mencionar que, apesar desses avanços, as políticas públicas da educação infantil não deixaram de ser influenciadas por políticas assistenciais e compensatórias no decorrer da história, pelo contrário, elas ganham força principalmente a partir da década de 1990, quando foram movidas por políticas neoliberais, influenciadas por organizações internacionais, da qual, a lógica principal está pautada na intervenção mínima do Estado, principalmente quando se refere as políticas públicas sociais.

Diante desta conjuntura político-econômica realizamos uma pesquisa de campo com o objetivo de analisar como o Município de Lagoa Seca – PB tem implementado a política de educação infantil e se este tem cumprido com as exigências legisladas no que tange o direito da criança de 0 a 5 anos. O interesse pela pesquisa surgiu a partir de estudos realizados em sala de aula através do componente curricular “Políticas Públicas no Contexto da Educação Infantil”.

O trabalho está dividido em 5 tópicos: Este, faz uma explanação da problemática desenvolvida ao longo do trabalho, o segundo é referente a fundamentação teórica da pesquisa, o qual está dividido em dois subtemas: “A Política da Educação Infantil no Brasil”, na qual se faz uma breve contextualização das políticas para a educação infantil no Brasil desde a metade do século XIX até o documento nacional aprovado em 2014, o Plano Nacional da Educação (PNE) e “A política da Educação Infantil no Contexto Neoliberal”, que tem por finalidade apresentar como os ideais neoliberais influenciaram de maneira negativa as políticas para a educação infantil através de ideais de intervenção mínima do Estado. No terceiro é apresentada a metodologia de cunho quanti-qualitativo,

pois parte de uma revisão documental (censo escolar e IBGE) e entrevistas com 3 gestores do município em questão, sendo 2 da secretaria de educação, o secretário de educação e a coordenadora de educação infantil e uma diretora da instituição de educação infantil analisada, Creche Alzira Coutinho. No quarto tópico são apresentados os resultados da pesquisa, partindo da análise dos dados produzidos a partir de uma pesquisa empírica realizada no Município de Lagoa Seca-PB. Por fim, o quinto tópico traz as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.A Política de Educação Infantil no Brasil

A educação infantil no Brasil e no mundo passou por vários processos de mudanças ao longo da história. Vários fatores mostraram-se fundamentais para a institucionalização e implementação da política de educação infantil como um direito para as crianças. Dentre estes, podemos citar o processo de urbanização e industrialização, a presença das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças que se originaram desses fatores na estrutura familiar tradicional.

Segundo Oliveira (2011), no Brasil, por volta da segunda metade do século XIX, começaram a surgir, em nosso país, iniciativas isoladas de cuidados com infância. Uma das primeiras instituições de atendimento a criança, em especial as abandonadas ou menos favorecidas foi a roda dos expostos que, conforme Arantes (2010) caracterizava-se por ser um:

Dispositivo cilíndrico, dedicado ao recolhimento de recém-nascidos ditos enjeitados, o Brasil foi, talvez, o último país a abolir a Roda. Temia-se que, com sua extinção, aumentassem os abortos e os infanticídios de filhos indesejados ou ilegítimos, uma vez que o dispositivo da Roda mantinha o anonimato de quem depositava a criança, preservando a honra das famílias. (ARANTES, 2010, p.9)

Em decorrência das altas taxas de mortalidade infantil que o período vivenciava, e como uma forma de esconder o problema, “foram criadas entidades de amparo, chamadas de creches, asilos e internatos, estes, destinados a cuidar de crianças pobres” (OLIVEIRA, 2011, p. 92). Essas alternativas tinham um caráter higienista que culpava a família pelas condições em que se encontravam as crianças.

Observa-se que a desigualdade de classes no Brasil sempre foi intensa e com isso, o atendimento à criança pequena também sofria recortes classistas. O atendimento

relacionado às crianças pobres era de caráter assistencialista, cuja responsabilidade era de entidades filantrópicas e que tratavam apenas do cuidado com a saúde e com a higiene das mesmas, por outro lado o oferecido às crianças mais abastadas da sociedade era de cunho pedagógico. Conforme Paschoal e Machado (2009):

Nota-se que as crianças das diferentes classes sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, já que, enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.84 apud. KRAMER 1995)

Kramer (2001) revela que em torno da criança das classes dominadas (economicamente desfavorecida, marginalizada e pobre) baseiam-se discursos de que estas são privadas culturalmente. Desta forma, precisam de certos conteúdos e atitudes que devem ser adotadas para que assim, possam suprir certas “deficiências”, sejam elas relacionadas a saúde, a escola ou ao meio sociocultural, no qual estão inseridas, o que se caracteriza por ser uma educação de cunho compensatório. Desta maneira, a educação compensatória sempre esteve presente como uma forma de solucionar as carências culturais, a qual as crianças das classes populares estão submetidas. Ainda segundo Kramer (2001):

Abordagem da privação cultural se apoia no seguinte quadro conceitual: as crianças das classes populares fracassam porque apresentam “desvantagens sócio-culturais”, ou seja, carências de ordem social. Tais desvantagens são perturbações, ora de ordem intelectual ou linguística, ora de ordem afetiva: em ambos os casos, as crianças apresentam “insuficiências” que é necessário compensar através de métodos pedagógicos adequados, se quer diminuir a diferença entre essas crianças “desfavoráveis” e as demais, na área do desempenho escolar. (Grifo do autor) (KRAMER, 2001, p.32)

Após a proclamação da República, momento de mudanças políticas e ideológicas, surgiram novos pensamentos em torno das questões sociais. Assim, em 1899, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que segundo Kramer (2001):

[...] tinha como objetivos: atender aos menores de oito anos; elaborar leis que regulassem a vida e a saúde dos recém-nascidos; regulamentar os serviços das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos; atender às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas; criar

maternidades, creches e jardins de infância. (KRAMER, 2001, p.52)

O instituto que já oferecia um atendimento médico-higienista, buscou também ampliar e diversificar suas atividades. Assim, conforme Kramer (2011), ele começou a realizar campanhas de vacinação e combate a epidemias para expandir a criação de creches, asilos e institutos de proteção à infância pelo Brasil e levar para congressos os estudos feitos sobre a mortalidade infantil. Posteriormente, este instituto colaborou para a criação do Departamento da Criança em 1919, cuja responsabilidade deveria ser do Estado. Porém, a realidade foi bem diferente, já que foi a própria equipe fundadora que assumiu a responsabilidade. A suas tarefas estavam ligadas a saúde física e moral das crianças e das mulheres pobres.

No início do século XX a intensificação da urbanização e a industrialização colaborou para que surgissem mudanças na forma como as famílias tradicionais estavam organizadas (OLIVEIRA, 2011). Ainda segundo este autor, o trabalho que era uma atividade exclusiva do homem passou a ser realizado pelo conjunto familiar. Desta maneira, a mulher começou a ingressar no mercado de trabalho, o que impactou também no cuidado com a criança, o qual era exclusivamente destinado às mães. Em decorrência disto, surgiram as criadeiras, mulheres que eram pagas para cuidar dos filhos pequenos das mães operárias, enquanto elas estivessem “ausentes”. Entretanto, com a precariedade do atendimento destinado às crianças, houve um aumento significativo de mortalidade infantil, que segundo Paschoal e Machado (2009, p. 82) “fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e os educadores, comesçassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar”.

Desde modo, o processo de industrialização, que estava ganhando força no país, contribuiu para que imigrantes europeus, politizados e conscientes de seus direitos, viessem para o Brasil. Assim, os movimentos sindicalistas ganharam força e com a participação das mulheres começaram a cobrar melhorias nas condições de trabalho e por locais para o atendimento das crianças. Diante disso, segundo Oliveira (2011):

[...] Alguns empresários[...] foram modificando sua política de repressão direta aos sindicatos e concedendo certos benefícios sociais, como forma de enfraquecer os movimentos operários, arrefecer suas posições e controlar as formas de vida dos trabalhadores, dentro e fora da fábrica. Para atrair e reter a força de trabalho, fundaram vilas operárias, clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternas para os filhos de operários [...] (OLIVEIRA, 2011, p.96)

Em 1922, com o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, surgiram as primeiras regulamentações para o atendimento de crianças pequenas em escolas maternais e jardins de infância. Porém, ainda assim, por muito tempo a Educação infantil ficou sob responsabilidade de entidades filantrópicas e voltada para uma política de higienização

O contexto de discussões assistencialistas para o atendimento às crianças mais pobres e a busca por ideais inovadores para se alcançar uma sociedade mais moderna fez com que a elite do país incorporasse pensamentos reformadores para a educação, dentre os quais destacamos o jardim de infância que, segundo Rezende (2011, p. 18) era “de inspiração froebeliana, [e] tinha outro olhar para a criança: seu desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo[...]”. Essa proposta gerou muita discussão nos grupos políticos da época, pois “muitos a criticavam por identificá-la [como] as salas de asilo francesas, entendidas como locais de mera guarda das crianças. Outros a defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil” (OLIVEIRA, 2011, p. 92). Mas, se por um lado o atendimento voltado para as crianças mais pobres era marcado pelo assistencialismo e por uma educação compensatória, defendida por alguns educadores da época, por outro, recebia críticas oriundas de uma parte da elite política do país, que através de uma visão preconceituosa acreditava que a criação de Jardins de infância traria regalias para a classe mais pobre.

Em 1930 com auxílio de setores privados, o Estado criou diversos Órgãos de amparo a infância: Ministério da Educação e da Saúde Pública, Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, Previdência Social e Assistência social. Também, segundo Kramer (2001, p. 58); “No intervalo do 1º ao 2º Congresso- realizado em 1933- foram introduzidos órgãos novos na aparelhagem da assistência à infância, tais como lactários, jardins de infância, gotas de leite, consultórios para lactantes, escolas maternais e policlínicas infantis”. O atendimento continuava de caráter médico-assistencial.

A década de 1940 contribuiu para a criação de vários Órgãos de atendimento voltados às crianças, como o Departamento Nacional da Criança (DNCr), que tinha por finalidade organizar todas as tarefas que eram direcionadas à infância. “Em 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trouxe a primeira legislação sobre a obrigatoriedade do atendimento às crianças (filhos de trabalhadoras) nas creches” (SOUZA; GARCIA, 2015, p. 6).

Em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, o jardim de infância foi incluído no sistema de ensino. Ele apareceu na legislação, porém não se tornou um direito. Como o Estado não tinha obrigação, prevalecia uma política de ajuda governamental às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo a iniciativas comunitárias. Então, em 1971 surge a nova legislação, Lei nº 5.692/71, que estabelece em seu Art. 19 § 2º que “os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam educação em escolas maternais, jardins de infância ou instituições equivalentes”. Mesmo assim, a educação continuava baseada na ideia de uma educação compensatória.

Na década de 1970, devido à grande procura pelas pré-escolas foi incentivado o processo de municipalização da educação pré-escolar pública (OLIVEIRA, 2011). Tendo por base os discursos sobre a importância da educação nos primeiros anos de vida no desenvolvimento da criança, junto com os fatores sociais, a educação deixou de ter apenas caráter compensatório e assistencialista e passou a ter também um caráter pedagógico, porém ainda não era um direito de todos, pois a educação infantil ainda sofria recortes classistas.

A década de 1980 teve uma forte contribuição no que se refere às conquistas para a educação infantil, tendo em vista que essa década foi marcada por fortes pressões sociais nas reivindicações por creches e pré-escolas como direito de todas as crianças das camadas sociais. Com as negociações trabalhistas, que aconteciam antes da Constituição, foi resultando uma maior quantidade de creches mantidas por empresas e indústrias comerciais.

Dentre outras conquistas desse período, podemos citar a Carta Constitucional Brasileira que foi aprovada em 1988, um marco na história das políticas educacionais, pois como previsto em seu Art. 205, houve finalmente, o reconhecimento da educação como direito de todos e dever do Estado. Desta forma, podemos considerar que esta foi de extrema importância para as políticas de educação infantil, pois em seu Art. 208, inciso IV, deixa claro o papel do Estado com esta etapa de ensino, visto que, é dever dele o atendimento em creches e pré-escolas para as crianças até 5 (cinco) de anos de idade.

Em 1990 foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e essa aprovação “ fez com que o Brasil fosse o primeiro país a adequar sua legislação interna aos princípios consagrados pela convenção Internacional dos Direitos da Criança” (RIBEIRO, 2010, p.30). A partir daí a criança vai ganhando visibilidade e sendo reconhecida enquanto “ sujeito de direitos”.

Segundo Ribeiro (2010), em 1994 o Ministério da Educação (MEC) organiza vários encontros e seminários dos quais participaram gestores das redes municipais e Estaduais de ensino, para colocar em pauta propostas referentes às políticas para a educação infantil. No mesmo ano após essas discussões, o MEC produz vários documentos, entre eles: Política Nacional de Educação infantil, que tinha como metas o cuidado com a qualidade da educação e o atendimento oferecidos às crianças de 0 a 6 anos de idade e também o documento Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil, que enfatiza a importância da formação dos profissionais da área, que atuam em creches e pré-escolas, como uma forma de contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

Em 1995 o MEC publica o documento Critérios para o Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais da Criança que tinha por principal objetivo “atingir concreta e objetivamente, um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância” (BRASIL, 2009, p. 7).

Em 1996 foi aprovada a segunda Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, que reconhece a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica. No que diz respeito ao objetivo desta etapa educativa, no Art. 29 esta Lei estabelece que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Após a aprovação da última LDB outra importante Lei foi aprovada esta trouxe alguns resultados negativos para a educação infantil, trata-se da Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O FUNDEF é um fundo de natureza contábil que incorporou 15% das contribuições de impostos vinculados, tais como: Impostos relativos a Circulação de Mercadorias e Serviços e de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação de Serviços (ICMS); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Impostos sobre Produto Industrializados (IPI) Exportação; Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Compensação Financeira da Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir). Este fundo foi criado com o intuito de disponibilizar recursos apenas para o ensino fundamental, tal proposta fez com que outras etapas de ensino ficassem excluídas, o que segundo Davies (1999):

[...] contribui para enfraquecer e desarticular o sistema de ensino, uma vez que, segundo a Lei 9.424, as matrículas da educação infantil, de jovens e adultos (supletivo) e do ensino médio não são consideradas para os efeitos de redistribuição dos recursos. Como só as matrículas do ensino fundamental regular valem para a obtenção de recursos do Fundef, as autoridades tenderão a privilegiar tais matrículas e deixar de lado as dos demais níveis de ensino. (DAVIES, 1999, p.17)

Macêdo e Dias (2011, p.173) ressaltam que “os gestores municipais utilizaram como estratégia matricular, de forma não regulamentada, crianças de seis anos no ensino fundamental, pois dessa forma poderiam ampliar as receitas”. Medida irresponsável, pois as escolas não tinham infraestrutura para atender crianças desta faixa etária e, também seria necessário formação específica para os professores atuarem com as crianças pequenas, tendo em vista o princípio da qualidade da educação infantil. Para a obtenção do fundo é realizado um cálculo de valor anual feito a partir das matrículas dos alunos para essa etapa de ensino. Apesar da sua aprovação em 1996, o FUNDEF só foi implantado nacionalmente em 1998 e teve fim em 31 de dezembro de 2006, tendo sido substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, Lei 11.494/2007, o qual vinculou recursos para toda a educação básica, na qual se inclui a educação infantil

Em 1998 o MEC criou o documento Subsídios Para o Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil, este documento foi construído a partir de uma articulação entre representantes dos conselhos Estaduais e Municipais de educação e traz sugestões de critérios de qualidade para a educação infantil. Segundo Malvezzi (1998):

O objetivo do projeto foi garantir o caráter educativo, a qualidade e a equidade no atendimento em creches e pré-escolas, através da definição de subsídios e de referenciais que possibilitassem a implementação de padrões básicos relativos a: educação infantil e propostas pedagógicas; a educação infantil e a saúde; a estrutura e funcionamento de instituições de educação infantil; ao espaço físico nas instituições de educação infantil e, finalmente, uma discussão sobre a regulamentação da formação do professor de educação infantil. (MALVEZZI, 1988, p.19)

Ainda em 1998 o MEC elaborou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Este documento teve como objetivo servir como referência para o professor em relação aos objetivos, conteúdos e orientações didáticas em suas práticas educativas com as crianças de 0 a 6 anos de idade. O RCNEI está organizado em

três volumes: O primeiro é um documento introdução que apresenta reflexões sobre as creches e pré-escolas do Brasil, e trabalha os eixos de Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. O segundo volume trabalha questões referentes à formação pessoal e social e tem como foco os eixos relacionados ao processo de Construção da Identidade e Autonomia das crianças. Por fim, o terceiro volume trabalha com a temática Conhecimento de Mundo que tem como objetivo o eixo de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (BRASIL,1988).

Em 1999 foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – (DCNEIS) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), documento normativo que regula a elaboração das propostas pedagógicas de todas as instituições de educação infantil brasileiras. Segundo Oliveira (2011):

[...] trataram o cuidar e o educar como aspectos indissociáveis e defenderam uma concepção de criança como sujeito ativo que interage com o mundo por meio da brincadeira e principalmente como alguém com direito de viver sua infância. (OLIVEIRA, 2011, p.119)

Neste documento explicita-se também, os eixos do currículo da educação infantil: as interações e brincadeiras, além de expor os princípios e concepções de criança, educação infantil, currículo, diversidade, dentre outras questões.

Em 2001, a partir da Lei nº 10172, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) com validade de dez anos. No documento em seu Art. 3º deixa claro que: “A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade civil, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Nacional de Educação” (BRASIL, 2001, p.1). O plano tinha como um dos seus objetivos e prioridades “a elevação global do nível de escolaridade da população e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis” (BRASIL 2001, pág. 6) e trazia, para todos os níveis de ensino, diagnósticos, diretrizes objetivos e metas que deveriam ser cumpridas durante o período de dez anos.

Para a educação infantil o documento trazia 26 metas, dentre as quais: “ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60 % da população de 4 a 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 a 5 anos [...]”; Adaptar os prédios de educação infantil de sorte que, em cinco anos, todos estejam

conformes aos padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos; e assegurar, em todos os Municípios, o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, de forma que, em cinco anos, sejam atendidos os padrões mínimos de infraestrutura definidos na meta nº 2” (BRASIL, p.8/9, 2001).

Apesar do amplo debate, em torno do PNE para buscar soluções para os problemas referentes à educação, o documento deixou muito a desejar, pois a principal meta que ensejava a ampliação do financiamento da educação pública para 7% do PIB foi vetada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A aprovação desta meta era fundamental para criar as condições objetivas para a implementação das políticas pelos sistemas de ensino. Neste sentido, no que tange a educação infantil, a meta 1 não foi atingida:

Ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos. (BRASIL, 2001, p.8)

Em 2006 o MEC publicou o documento chamado Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil. A realização deste trabalho ocorreu em duas etapas que reuniu especialistas na área para promover um debate que trouxesse avanços à educação infantil. O resultado final dessa discussão deu-se a partir da elaboração de um documento que contém dois volumes e tem por objetivo “estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006, p.8).

Em 2009 o Conselho Nacional da Educação (CNE) buscando reformular e atualizar as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), elabora o Parecer (CNE/CEB) nº:20/2009 que tem caráter mandatório e visa contribuir com essas mudanças no atendimento voltado para a educação infantil. Conforme está presente no documento:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de caráter mandatório, orientam a formulação de políticas, incluindo a de formação de professores e demais profissionais da Educação, e também o planejamento, desenvolvimento e avaliação pelas unidades de seu Projeto Político-Pedagógico e servem para informar as famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que podem ocorrer. (BRASIL,2009, p.3)

Em 2014 é aprovado pela Lei nº 13.005, o atual Plano Nacional de Educação. Este documento que é produto do planejamento da política de Estado, traz metas e estratégias para a educação dos próximos dez anos da qual podemos destacar aqui, entre esses objetivos e metas, a referente a educação infantil que está posto como Meta 1: “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE”(BRASIL,p.3,2014). A implantação desse Plano como forma de minimizar ou acabar com os problemas referentes à educação durante o período em que este documento está em vigor não serão tarefas fáceis, entretanto como está presente no art. 5º da Lei Nº 13.005:

A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias: I - Ministério da Educação - MEC; II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal III - Conselho Nacional de Educação - CNE; IV - Fórum Nacional de Educação. (BRASIL, 2014, p.1)

Após esse breve histórico acerca da política de Educação Infantil no Brasil podemos compreender que os caminhos que levaram à institucionalização e a garantia desta etapa educativa, como direito fundamental da criança e dever do Estado, não foram fáceis. Percebemos que o assistencialismo e a educação compensatória foram fatores predominantes na sua construção, e estão presentes até os dias atuais. Por muito tempo a criança não foi reconhecida como sujeito de direitos, porém apesar de tantos desafios a sua maior conquista ocorreu em da Constituição 1988 e m 1996 com a nova LDB - Lei 9394/96 que reconheceu a Educação infantil como a primeira etapa da educação básica, isto porque, a partir desta Lei foram elaborados documentos legais e implementados algumas políticas para ocorra a ampliação e o acesso das crianças às instituições públicas de educação infantil. Apesar destas conquistas, não podemos deixar de mencionar que ainda há muitos desafios para serem vencidos no que diz respeito ao acesso e a qualidade do atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade.

2.2.A Política de Educação Infantil no Contexto Neoliberal

A trajetória da educação Infantil no Brasil, tem sido influenciada por transformações sociais, econômicas, políticas e históricas. Dentro desse contexto social, as políticas públicas voltadas para essa etapa educativa encontram-se marcadas, ao longo das décadas, por um cenário assistencialista, compensatório, que está dentro de uma conjuntura de contenção de gastos, na qual, principalmente a partir da década de 1990, sofreram com a lógica de estado mínimo movidos por ideias neoliberais.

O Neoliberalismo, segundo Moraes (2001), pode ser compreendido como uma ideologia, uma forma de ver o mundo, ou também como uma corrente de pensamento. E segundo Oliveira e Costa (2011), os ideários neoliberalistas surgiram após a Segunda Guerra nos Estados Unidos e na Europa e “foram concebidos a partir de uma reação teórica, política e econômica contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social” (OLIVEIRA, COSTA, 2011, p. 91), ou seja, a lógica principal desta perspectiva está pautada na intervenção mínima do Estado principalmente quando se refere às políticas públicas sociais. Segundo Molina e Lara (2009):

“ [...] o “Estado mínimo” proposto pelos neoliberais é mínimo apenas, para as políticas sociais; na realidade; para o capital, o Estado continua sendo máximo, principalmente para oferecer oportunidades de negócio no livre mercado e atrair o capital transnacional” (MOLINA; LARA, 2009, p.2386)

Partindo da ótica desses princípios, o neoliberalismo trata a educação fundada na lógica de mercado, na qual segundo Molina e Lara (2009) baseia-se na liberdade e na livre escolha e que deve ser oferecida para o mercado como um “produto livre” para que assim, cada indivíduo possa fazer a escolha de educação que desejar para seus filhos. Contudo, isso faz com que o Estado reparta suas obrigações entre os setores privados e a escola, desta forma, passa então a não ser mais de sua responsabilidade. Sendo assim, a forma como se conduz a educação dentro desse campo teórico caminha para uma política de descentralização e desobrigação do Estado para com a educação.

Segundo Cardoso (2009, p.13) “O neoliberalismo ao condenar o exercício das políticas públicas sociais pelos governos, não exclui totalmente a educação. Desse modo a corrente neoliberal tem a educação como fator de redução da pobreza e desigualdades sociais” e é nessa perspectiva de desenvolvimento econômico através da educação, que

agências internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) direcionaram suas políticas para a educação nos países subdesenvolvidos.

Segundo Andrade (2010) as políticas difundidas para a educação infantil de massa, propostas pela UNICEF e pela UNESCO, influenciaram a criação de diversos programas e projetos destinados a essa etapa educativa, os quais são direcionados, especialmente aos menos favorecidos e às regiões mais pobres. Contudo, Rosemberg (2002) faz críticas aos modelos de educação propostos por tais agências, pois, segundo ela, tais propostas “ retardam o processo de construção nacional de um modelo de educação infantil democrático, de qualidade, centrado na criança, isto é, em suas necessidades e cultura” (ROSEMBERG, 2002, p.39). Tais críticas se fundamentam no fato de que tais políticas de educação ocorrem através de medidas de baixo custo, que não valorizam, de fato a educação infantil.

Partindo dos princípios de minimização e contenção de gastos que impõe o modelo neoliberal, a educação infantil, o ensino médio e superior (níveis de ensino menos priorizado por essas ideias) são impactados por este corpo de ideias, no que tange as políticas educacionais. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p.132): “Alegam os neoconservadores que países mais pobres, como o Brasil, devem dar primazia a educação básica (leia-se ensino fundamental), o que significa menor aporte de recursos para a educação infantil e para o ensino médio e superior”. E é dentro dessa perspectiva de tratar a educação como um produto de financiamento e contenção de gastos que as políticas educacionais, principalmente referentes à educação infantil, sofreram influências na América-latina na década de 1990 por agências internacionais como o Banco Mundial.

Dentro desse cenário político dos anos 1990, mais especificamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Banco Mundial ganha bastante espaço no que se refere às políticas educacionais. Nesse contexto, uma profunda reforma educacional é realizada em sua gestão, formulada com base nos princípios dessa agencia internacional. “A referida reforma prima por orientações econômicas, procurando adequar as políticas de desenvolvimento econômico exigidas pela nova ordem mundial” (CORAGGIO, 2003; TORRES, 2003 apud MACÊDO e DIAS, 2012 p. 3279).

Segundo Rosemberg (2002) dentro de um contexto de análises econômica voltados para as reformas educacionais, o Banco Mundial considerou que os recursos

públicos deveriam priorizar o ensino fundamental, fazendo com que assim outros níveis de ensino, aqui em especial a educação infantil, ficassem de fora. Para Macêdo e Dias (2012):

Esta medida de caráter altamente excludente e irresponsável teve graves repercussões no tocante ao acesso a qualidade do atendimento na educação infantil, isto porque, os municípios e estados federados focaram suas atenções no ensino fundamental e também passaram a matricular, neste nível escolar crianças com menos de seis anos, visando o aumento de recursos. (MACÊDO; DIAS, 2012, p.3279)

Ainda conforme Rosemberg (2002), as críticas que se faz a tais reformas não decorrem de o fato do ensino fundamental estar sendo favorecido, visto que esse ensino também merece atenções, mas o que se questiona é a redução de verbas federais para a educação, que fez com que esta etapa básica de ensino fosse priorizada.

Dentro desse contexto de encadeamentos na construção de políticas destinadas a educação infantil, influenciadas pelos moldes neoliberais, verificamos que o Estado tende a basear suas políticas através de contenções de gastos e programas assistenciais de baixo custo, a exemplo dos projetos para atender a Educação Infantil, nos moldes assistencialistas e de minimização nos investimentos.

O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFANCIA - difere um pouco desta lógica de política de baixo custo, apesar de estar um pouco distante de ser o ideal, mas diante de um cenário de precariedade ele cumpre uma função muito importante. O mesmo foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e faz parte ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação. Esta, foi uma das políticas de programas do MEC destinados para a área da educação, criada na então gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O mesmo vem sofrendo com cortes nos seus investimentos.

Esse Programa compreende a importância que tem os investimentos na estrutura e na adequação de equipamentos destinados à criança na creche e tem contribuído com investimentos financeiros para o Distrito Federal-DF e municípios, para que estes possam construir e equipar as instituições de educação infantil para o acesso e qualidade do atendimento das crianças de 0 a 5 anos. Segundo as pesquisas apresentadas no portal do

Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDE “entre 2007 e 2014, o Programa investiu na construção de 2.543 escolas, por meio de convênios e a partir de 2011, com sua inclusão no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC2), outras 6.185 unidades de educação infantil foram apoiadas com recursos federais, totalizando 8.728 novas unidades em todo o país. ”

Apesar de seu importante papel no desenvolvimento das instituições de educação infantil, nos anos de 2015 e 2016 o programa sofreu com cortes em seus investimentos. Segundo o site Bom dia Brasil 29\09\2015, no mandato da presidente Dilma Rousseff houve um corte de 25 bilhões nas verbas para a área social, e no ano de 2016 o PROINFÂNCIA iria receber 550 milhões 15% do valor previsto para o ano, entretanto foi cortado também já na gestão do atual Presidente, Michel Temer.

No que se refere as políticas educacionais destinadas a educação infantil no atual governo, do presidente Michel Temer, temos o Programa Criança Feliz. Este, instituído pelo Decreto Nº 8.869 de cinco de outubro de 2016 e é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário e tem como embaixadora a então primeira dama Marcela Temer. As atenções desse programa dirigem-se a crianças e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, sendo elas: gestantes, crianças com idade de 3 a 6 anos e famílias que recebem auxílio de algum programa social e, também as crianças com deficiências. E de acordo com o Art. 3º do Decreto no 8.869/2016, o programa tem por objetivos a serem alcançados:

Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; Apoiar as gestantes e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas políticas e serviços públicos de que necessitem; Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. (BRASIL, 2016, p.3)

No tocante as políticas educacionais para a educação infantil, que segundo a constituição de 1988 é um direito da criança e dever do Estado, observamos que o programa não cumpre com seu papel, já que, em nenhum dos seus objetivos é enfatizada

a importância da educação, e nem direcionadas proposta, para a criança pequena, no que se refere a esta etapa básica de educação infantil. Enfatizamos também, que a intenção deste programa se baseia na política neoliberal, pois fica explícito, em seu art. 9 “Para a execução do Programa Criança Feliz poderão ser firmadas parcerias com órgãos e entidades públicas ou privada”, mostrando assim, ser uma política de regressão que está dentro dos moldes puramente assistenciais.

Por fim, a tendência em não priorizar a educação infantil tende a se aprofundar, no que se refere aos investimentos federais, isto porque com a Medida Constitucional 95/2016, aprovada no governo de Michel Temer, serão congelados os investimentos públicos em educação, saúde e assistência social pelos próximos 20 anos, como previsto em seu Art.110 que diz:

Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão: I - no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do **caput** do art. 212, da Constituição Federal; e II - nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (BRASIL, 2016, p.3)

Considerando que na educação infantil, sobretudo na etapa creche, temos desafios imensos no tocante ao acesso e à qualidade dos serviços ofertados, arriscaríamos afirmar que a tendência neoliberal ou ultraliberal, ora vigente no país, imposta pelo governo atual, aprofundará a exclusão do direito a educação infantil das crianças da classe trabalhadora no Brasil. A partir disso, podemos concluir que as políticas para a educação infantil não foram, ao longo da história prioridades do Estado brasileiro, tendo em vista que as propostas destinadas para essa etapa de educação ocorreram, e ainda ocorrem, através de medidas de baixo custo em que o Estado minimiza as suas responsabilidades para com esta etapa educativa.

3. METODOLOGIA

Diante do que foi discutido, realizamos uma pesquisa de campo com o objetivo de analisar como o Município de Lagoa Seca – PB tem implementado a política de educação infantil e se este município tem cumprido com as exigências legisladas no que tange o direito da criança de 0 a 5 anos. Para isso realizamos uma pesquisa de caráter

qualitativo e quantitativo que possibilitou a utilização de metodologias e técnicas variadas. Optamos pela investigação empírica realizada na Creche Alzira Coutinho, situada na zona urbana do referido, na qual foram feitas observações de espaços físicos, entrevistas com o propósito de analisar como se encontra a qualidade do atendimento educacional oferecido as crianças de 0 a 5 anos de idade. Neste sentido, os instrumentos utilizados para a produção dos dados foram: análise documental, (Censo Escolar do Município e do Censo Populacional IBGE), entrevistas e observações sistemáticas do espaço físico da instituição em estudo. Os dados das observações foram registrados em diário de campo e câmeras fotográficas. As entrevistas foram gravadas em dispositivos celulares e, posteriormente, transcritas. A análise das entrevistas e documental foi feita tendo por base a estatística simples e a análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Para a realização das entrevistas contamos com 3 colaboradores: O secretário de educação do município, a coordenadora de educação infantil e a diretora da instituição de educação infantil da zona urbana do município, visto que, foram realizados com os mesmos entrevistas e levantamento de dados do município.

O município de Lagoa Seca –PB possui 27,398 habitantes, tendo o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,627 e Índice da Educação Básica – IDEB de 4,2. Possui três creches em funcionamento e duas sendo construídas pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFANCIA. Segundo as entrevistas com o secretário de educação, das 3 creches em funcionamento, duas estão localizadas na zona rural e uma na zona urbana do município e existem duas creches do programa PROINFÂNCIA sendo construídas. Em relação as turmas de pré-escolar a cidade Lagoa Seca possui trinta e duas (32) turmas, pois todas as escolas do ensino fundamental I, tanto as rurais quanto as urbanas, possuem turmas de pré-escolar. Com relação ao investimento para a Educação Infantil, estes foram de 207.350.00 R\$ para este ano (2017), segundo a Secretária de Finanças do município.

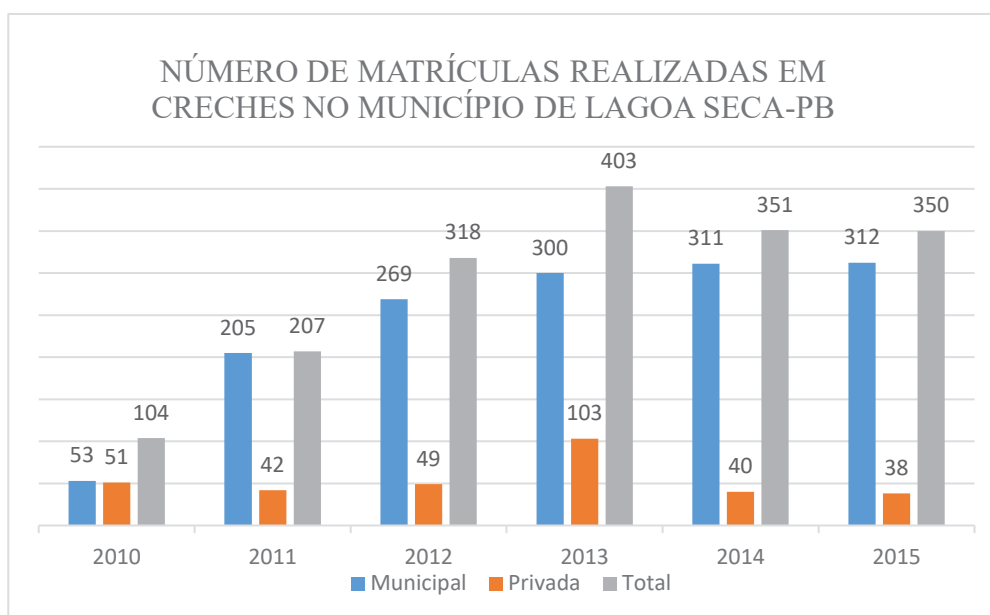
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos objetivos a serem alcançados e mediante os dados coletados, tanto em termos quantitativos (referente ao censo) quanto qualitativos (entrevistas e observações), abaixo apresentamos a análise e os resultados da pesquisa.

4.1. Análise documental: Censo Escolar 2010-2015³

Partindo do levantamento das matrículas entre 2010 e 2015 das redes pública e privada do município de Lagoa Seca - PB segundo Censo Escolar, elaboramos dois gráficos referentes à etapa creche e etapa pré-escolar do município para melhor compreensão dos dados, os quais estão apresentados abaixo:

Gráfico 1 - Matrículas realizadas em creche no município de Lagoa Seca nos anos de 2010 a 2015.



Fonte: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>

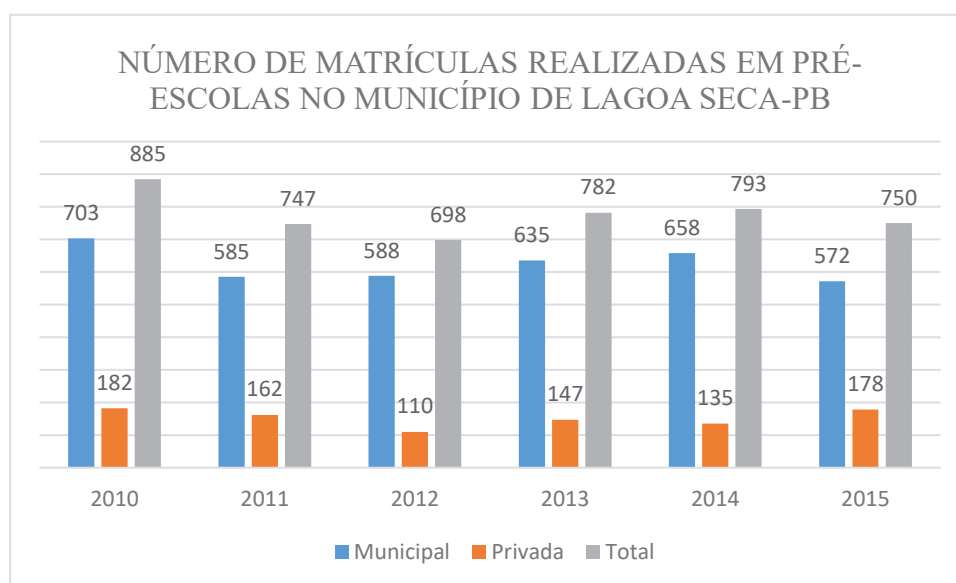
Analisando o gráfico acima, verificamos que no ano de 2010 havia apenas 53 crianças matriculadas na etapa creche na rede municipal de Lagoa Seca. Vimos que, de 2010 a 2011 houve um aumento de 152 287% matrículas. Entre 2011 e 2012 verificamos que houve um aumento de 64 matrículas 31,1%. Entre 2012 e 2013 houve um aumento de 31 matrículas, o que significa 11,5%. Entre 2013 e 2014 houve um aumento de 11 3,7% matrículas. Observamos que entre 2014 e 2015 ocorreu o aumento de 1 0,3% matrícula. Por fim, entre os anos de 2010 e 2015 ocorreu um aumento de 259 matrículas o que significa 488,7%, um percentual bastante significativo.

Este crescimento já era esperado, pois a partir do ano de 2007 a Lei 11.494 (FUNDEB) passou a vincular recursos para todas as etapas da educação básica, neste

³ A análise partiu dos anos 2010 a 2015, visto que, são os dados mais recentes disponibilizados pelo Censo Escolar.

sentido, a creche e a pré-escola que não tinham recursos vinculados, e que se verificava uma queda nas matrículas (pré-escola) e estagnação (creche) tiveram suas matrículas ampliadas em consequência dos recursos. Ademais, em 2007 o governo federal lançou o PROINFANCIA, a partir do qual, foram construídas, segundo o portal do FNDE 8.728 instituições em todo o Brasil, embora neste município as creches deste programa ainda estejam em construção.

Gráfico 2 - Matrículas realizadas em pré-escola no município de Lagoa Seca nos anos de 2010 a 2015.



Fonte: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/>

Fazendo uma análise a respeito das matrículas de pré-escolas entre o ano de 2010 e 2015, demonstrada no gráfico acima, chegamos aos seguintes resultados: Entre 2010 e 2011 houve uma baixa de 118 -16,8% matrículas na pré-escola. Entre 2011 e 2012, houve um aumento de 03 matrículas o que significa 0,5%. Entre 2012 e 2013 houve um aumento de 47 matrículas que em termos percentuais significa 8%. Entre 2013 e 2014 houve um aumento de 23 matrículas o que significa 3,6%. Entre 2014 e 2015 houve uma baixa de 86 o que significa - 13,1% matrículas. E, por fim, entre 2010 e 2015 houve uma queda de 131 nas matrículas na pré-escola que em termos percentuais significa -18,6%.

Supomos que a queda nas matrículas da pré-escola possa ser explicada a partir de dois pontos: primeiramente, não podemos desprezar o fato de que houve uma ampliação bastante considerável na etapa creche no município em tela, sendo assim, os espaços ocupados pelas crianças da pré-escola podem ter sido reorganizados para atender as

crianças da etapa creche e as crianças que poderiam, já a partir dos 6 anos serem matriculadas no ensino fundamental tenham ido para as escolas. Porque, desde 2006 a lei 11.274 garantiu que as crianças de 6 anos pudessem ser matriculadas no ensino fundamental.

Ademais, o município, lamentavelmente, não tem recursos próprios suficientes para construir instituições de educação infantil, neste caso, sai mais em conta colocar as crianças de 6 anos e, até mesmo de 4 e 5 nas escolas, que já estão construídas. E os dados evidenciam que há 32 turmas de pré-escola funcionando em escolas no município. Embora esta realidade possa mudar, após a entrega das duas creches em construção do PROINFANCIA.

4.2. Entrevistas⁴

Na entrevista indagamos quais são as metas do Plano Municipal da Educação – PME e foi citada a meta 1 do Plano Nacional de Educação:

(E1, 20/06/17) – é... Universalizar até 2016 a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idades e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência desta PNE.

Observamos que o município pretende trabalhar com a mesma meta do PNE/2014, o que é importante pois, o sistema municipal precisa seguir o que está posto na Lei Nacional, contudo, é preciso que o município amplie a meta, pois há uma demanda reprimida, no tocante a ao acesso da educação infantil no município, visando garantir o direito a educação das crianças de 0 a 5 anos de idade.

Indagamos se haveria outras metas, e foi afirmado que sim, sendo elas:

(E2, 20/06/17) – Temos, são estas ... Proporcionar oficinas pedagógicas nas instituições SEMESTRAL ou TRIMESTRAL, Musica, Som e Sensibilidade, Brinquedos e Brincadeiras; Jogos na educação Infantil; A leitura na Educação Infantil; Educação Financeira, Caminhada literária; Estruturação do mobiliário para educação infantil (brinquedos, parque, mesas e cadeiras e espelhos); Formação Continuada; Estudo das Diretrizes\ Base Comum

⁴ Os referentes entrevistados estão apresentados na seguinte denominação: E1 – Secretário de Educação; E2 – Coordenadora de Educação Infantil; E3 – Gestora da Creche Alzira Coutinho.

Curricular; Subsídios pedagógico (livro didático) para alunos; Visitas as instituições para observação do funcionamento (semanalmente ou quinzenalmente); Formação externa para conhecer e aprimorar os conhecimentos (Corpo de Bombeiros –primeiro socorros, UFCG –OFICINAS, SESI e SESC –buscar parcerias) Seminário de Educação Infantil; Ação no Santinho – (semana da criança, com brinquedos e brincadeiras); Cantata natalina; Papai Noel vai as escolas.

As perguntas não se direcionavam ao currículo ou atividades pedagógicas das instituições de educação infantil, e sim, o que o município, junto a secretaria de educação, tem como objetivos/metas para melhorar a qualidade deste atendimento, no tocante as políticas públicas para a educação infantil. Tendo em vista, que segundo as DCNEI (Nº:20/2009) A políticas de formação de professores, como também o planejamento, desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas.

Quando perguntado número de creches que o município disponibiliza para o atendimento das crianças da educação infantil, foi relatado pelo secretário que:

(E120/06/17) – O município possui 3 creches em funcionamento, sendo duas localizadas na zona rural e uma na zona urbana do município e existem duas creches do programa PROINFÂNCIA sendo construídas.

Com relação as creches que estão em processo de construção informaram que:

(E2, 20/06/17) – As creches que estão processo de construção, provêm da grande demanda no atendimento destinados à educação infantil no município.

Em decorrência da quantidade de creches em funcionamento e a construção de mais duas do PROINFANCIA, como citado anteriormente, compreendemos que há expressa demanda no município por instituições de educação infantil, da qual pode ser compreendida a partir da então Lei 11.494 do FUNDEB que passou a destinar recursos para toda a etapa de educação e assim as creches tiveram suas matriculas ampliadas em consequência dos recursos, e diante disso uma maior procura por vagas para esta etapa de ensino.

Outro fato apontado, em relação a construção dessas creches, foi:

(E2, 20/06/17) – Essas novas instituições irão suprir a necessidade que existe de prédios adequados ao atendimento das crianças de 2 a 5 anos do maternal ao pré II, pois as creches do município não oferecem atendimento de berçários.

Segundo a constituição de 1988 em seu artigo 208 IV “ o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade” (BRASIL, 1988, p.124) é dever do Estado. Desta forma, as crianças de 0 a 2 anos que estão fora das instituições de educação infantil no município não estão com este atendimento sendo efetivado, como garante a legislação, pois não está sendo disponibilizando o acesso destas em creches o que é preocupante pois é importante para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, nesta faixa etária, o acesso a educação como prevê a Lei.

Indagamos o porquê de o município não disponibilizar assistência para os berçários, foi nos informado: que

(E2, 20/06/17) – As instituições não fornecem espaços e estrutura adequados, como também faltava profissionais adequados para fazer este atendimento.

Neste sentido, compreendemos a importância que o programa PROINFÂNCIA tem para o atendimento das crianças matriculadas em instituições de educação infantil, visto que, este tem por finalidade contribuir com recursos para o investimento na estrutura e na adequação de equipamentos destinados as creches. Desta forma, com esses investimentos estas instituições podem se equipar e adequar-se de maneira a tornar o acesso e a qualidade possíveis para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade. E no tocante a falta de profissionais para o atendimento dessa faixa etária, o discurso da entrevistada se mostra vago.

Sobre a quantidade de turmas de pré-escolas ou turmas de pré-escolar, foi relatado que:

(E1, 20/06/17) – São trinta e duas turmas, pois todas as escolas com o fundamental I, tanto as rurais como as urbanas possuem turmas de pré-escolar conhecidas como educação infantil.

Observamos que município dispõe de um número relativamente alto no que concerne a disponibilidade de turmas de pré-escolar da qual a Lei do FUNDEB 11.494, pode ter sido a grande contribuinte para tal quantidade pois, esta vincula recursos para

todas as etapas de ensino o que se pode entender assim, que com estes recursos as matriculas, nesta etapa de ensino, podem ter sido ampliadas o que é de extrema importância para as políticas educacionais infantis, pois garante que se tenha um maior acesso de crianças matriculadas na etapa pré-escola. Porém, além do acesso, as condições de atendimento devem ser levadas em consideração, as crianças de 4 e 5 anos devem ser alocadas em instituições próprias, específicas para crianças de 0 a 5 anos. Mas, o que percebemos é que está se primando pela quantidade em detrimento da qualidade.

4.3.Observação na Creche Alzira Coutinho

A creche escola Alzira Coutinho está situada na zona urbana do município. Em relação aos seus espaços, foi constatado que: A mesma possui uma cozinha, um refeitório, cinco salas, sendo 3 do maternal, já que, a instituição tem duas turmas de maternal I e 2, salas para o Pré I e II e dois dormitórios. Também possui uma dispensa e cinco banheiros, sendo dois destinados para as meninas, dois para os meninos e um oferecido para os funcionários, porém estes se encontram em condições precárias. Em relação a estrutura do prédio analisado apesar de amplo os espaços físicos, foi verificado que o mesmo não possui uma estrutura adequada para o atendimento as crianças matriculadas, pois possui pisos e paredes quebradas além de mofadas e úmidas. E em relação a mobília apesar de serem adequadas a faixa etária se encontra bem desgastadas. A instituição possui livros de literatura infantil e também materiais didáticos. Com relação as propostas pedagógicas da instituição nos foi apenas informado que tinha, porém não nos foi apresentada.

Sobre a quantidade de crianças matriculadas foi respondido que:

(E3, 10/07/17) – Na instituição estão matriculadas 90 crianças, com idades de entre 3 e 5 anos, matriculadas no maternal I e II e pré-escolar I e II e funciona em período integral e em relação aos berçários, a creche não oferece este atendimento.

Segundo previsto na constituição de 1988 no art. 208, inciso IV “ o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade” (BRASIL, 1988, p.124) é um dever direito da criança e dever do Estado, entretanto, o que vemos na pratica é que não se efetiva este cuidado, para as crianças de 0 a 2 anos, visto que estas encontram-se fora das instituições de ensino. Isto mostra a fragilidade da política de educação infantil neste município, sobretudo para as crianças de 0 a 2 anos da qual o seu direito ao atendimento em creche ainda não está sendo garantido.

Quando perguntado se a instituição possuía brinquedos foi nos relatado que:

(E3, 10/07/17) – Tem sim, mas estão sucateados e existe uma grande demora para que outros novos possam vim.

Os brinquedos são de total importância para o processo de desenvolvimento lúdico da criança, visto que uma das culturas infantis é o brincar, sendo assim, as propostas pedagógicas devem levar em consideração tais materiais e no tocante a isso as DCNEI (20\2009) em seu artigo 8 inciso V quando trata das propostas pedagógicas mostra que estas devem prevê “ a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características socioculturais da comunidade. ”

Em relação aos profissionais de educação que fazem o atendimento as crianças da creche, foi informado pela diretora, que:

(E3,10/07/17) – São doze professores. Todos eles têm o curso superior, sendo dez com especialização e apenas dois sem nenhuma e são todos efetivos

Segundo Barreto (1994) a formação do professor é de extrema importância para a promoção da qualidade da educação, todavia, defendemos que a formação para a docência na educação infantil seja específica, voltada para a educação da infância. Os cursos de pedagogia mais recentes têm garantido esta formação, embora ainda deixem muito a desejar no tocante ao número de componentes curriculares voltados, especificamente para esta etapa educativa.

Quando perguntado se esses profissionais tinham formação continuada foi respondido que:

(E3,10/07/17) – Sempre tem, a partir de encontros pedagógicos geralmente de três dias que ocorrem quase todos os meses.

Segundo as DCNEI (20\2009) a formação continuada é de fundamental importância para a qualidade da Educação Infantil, além também de ser um direito dos professores no que se refere o aprimoramento e no desenvolvimento de sua prática profissional, oferecendo-lhe oportunidades de pensar a respeito do seu trabalho em termos pedagógicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das décadas, as lutas para a efetivação da educação infantil como um direito para as crianças de 0 a 5 anos marcaram um cenário de luta e conquistas para essa

etapa educativa no Brasil. Diante disto, enfatizamos, que a presença do assistencialismo e a educação compensatória contribuíram, e ainda contribuem, para o enfraquecimento das políticas públicas destinadas a essa etapa de ensino. Embora a Constituição de 1988 seja um marco nos avanços educacionais, reconhecendo a educação como direito da criança e dever do Estado, a LDB - Lei 9394/96 que consagrou a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, e tantas outras Leis e documentos criado pelo MEC, que fizeram parte da conquista da criança enquanto sujeito de direitos, observamos que na prática o Estado deixa muito a desejar, pois não existe vontade política suficiente para que se efetive políticas adequadas e específicas para este atendimento.

Lamentavelmente, no Brasil tem se adotado o neoliberalismo como forma de gerir o Estado. Estas políticas tiveram seu auge nos anos de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas encontraram eco nos governos petistas e, no atual de Michel Temer tem se ampliado, inclusive com o congelamento do investimento público estatal em políticas públicas como educação, saúde e assistência pelos próximos 20 anos. Milhões de crianças de 0 a 5 anos, ao longo destes 20 anos ficarão excluídas do direito a educação infantil. Na verdade, para a maioria desta população a Constituição Federal, dentre outras leis será letra morta, pois a ampliação de melhoria do atendimento dependerá, quase que exclusivamente, da vontade política do prefeito e da capacidade de receita do município, municípios pobres, que não produzem receitas próprias, não terão condições objetivas de ampliar e melhorar o atendimento, tendo em vista que tem necessidade de investimentos e financiamentos do governo federal.

Em linhas gerais, concluímos que o município não prioriza a política de educação infantil, ao deixar de garantir o direito a educação de qualidade de centenas de crianças de 0 a 5 anos de idade, demonstrando que não há prioridade no que tange esta política, sobretudo para as crianças menores de 0 a 3 anos e, especificamente a etapa do berçário, pois os bebês de 0 a 2 anos ainda não são atendidos. Por fim, os resultados apontam que as políticas destinadas à educação infantil no município de Lagoa Seca-PB apresentam limitações, tanto no acesso quanto na qualidade do atendimento. Portanto, não se efetiva o direito da criança previsto em lei, visto que o atendimento em termos de acesso ainda é baixo. No tocante as crianças de 4 e 5 anos, estão sendo alocadas nas escolas, cuja estrutura física não contempla as especificidades desta etapa educativa. Tomando como base a constituição de 1988, que em seu art. 208 IV garante “o atendimento em creche e

pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade” (BRASIL, 1988. p. 124) podemos afirmar que a política de educação infantil ainda não é uma prioridade do Estado, especificamente no município de Lagoa Seca, objeto de análise desta pesquisa.

ABSTRACT

The Brazilian Constitution of 1988 ensured the right to child education to 0-5 years old children. Taking in mind the important role of the Government in applying educational policies that cover child education, it is noticed that the recently implemented neoliberal policies in Brazil present a major hindrance to enlarge and improve the educational policies - that aim to provide child education to children. Facing such political-economic conjuncture, it was realized a field research at Lagoa Seca/PB City to assess how child education policies have been applied, and whether they meet the legal requirements about the rights of 0-5 years old children. Thereunto, it was adopted a qualitative-quantitative methodology, presenting as techniques a documentary analysis and interviews with 3 managers, 2 of them work at the Education Department of the city and another at a child education institute. The outcomes illustrate that the child education policies at the Lagoa Seca/PB City present limitation both in accession and quality of service. Therefore, it does not provide children their legal right of education, since the participation of 0-3 years old children is still low, and it was detected a strong unmet demand. Lastly, it was observed that 4-5 years old children are being allocated at schools where there are not the proper structural requirements for them. It is concluded that, taking into account the abovementioned scenario at the city, this educational phase is still highlighted by precarious conditions.

Keywords: Neoliberalism; Public Policies; Child Education.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. B. Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

ARANTES, Esther M.D.M. **Arquivo sobre a memória dos expostos do rio de Janeiro. Pesquisas e Práticas Psicossociais** 5(1) São João del-Rei, janeiro/julho.2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei federal de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC\SEF\DPE\COEDI, 2009.

_____. **Criança Feliz**. Decreto N° 8.869.5 de outubro 2016. Institui o Programa Criança Feliz. Brasília. 2016

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução nº 01, aprovada em 07 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília:1999.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução nº 20, aprovada em 11 de novembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf.

_____. **Estatuto da criança e do Adolescente.** Lei federal n° 8069 de 13 de junho de 1990. Brasília: 1990.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: documento introdutório.** Brasília: MEC/SEF,1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei federal n° 9.394\96 de 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB).** Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

_____. **Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.** Lei n° 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília: 1996.

_____. **Lei n° 11.274,** de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília 2006.

_____. **Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.** Lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n° 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n°s 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei federal n°, 010.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília:2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> Acesso:10 /06/2017

_____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a educação Infantil.** Brasília: MEC\SEB\DPE\COEDI,2006,1v.

_____. **Plano Nacional da Educação.** Lei n° 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014.

_____. **Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).** Resolução n° 6, de 24 de abril de 2007. Brasília:2007.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar. Disponível em: <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>. Acesso em: 10jun.2017.

_____. Portal do FNDE – Proinfância. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>> . Acesso em: 18 jul.2017

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE. Cidades@. Disponível: <[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250830&search=paraiba|la goa-seca](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250830&search=paraiba|la%20goa-seca)> Acesso:21 jul.2017

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/RonanTocafundo/bardin-laurence-anlise-de-contedo>> 18.mai2017

BARRETO, Ângela. **Introdução:** por que e para que uma política de formação do profissional de educação infantil? In: _____. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC, 1994, p.011-015.

CARDOSO, Zenilda. **Políticas e reformas educacionais no contexto neoliberal**. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 6, n. 1, p. 11-24, jun. 2009. DOI: 10.5747/ch.2009.

COSTA, Antônio. C.M.; OLIVEIRA, Michelle. C. **As políticas públicas de educação infantil no contexto do neoliberalismo**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, V.10;p.87-97, jan /dez.2011

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o Orçamento da educação: desvendando a caixa preta**. Campinas, SP: Editora Autores associados,1999.

G1.com. Bom dia Brasil. **Governo corta R\$ 25 bilhões em programas que atingem área social**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/09/governo-corta-r-25-bilhoes-em-programas-que-atingem-area-social.html>> Acesso: 20 jun.2017

KRAMER, Sonia. **A Política Do Pré-Escolar No Brasil- arte do disfarce**.6.ed.São Paulo: Cortez,2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; MIRZA, S. T. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2003

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Adelaide Alves. **A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil**. Revista RBPAAE – v. 27, n2. p 165-184.

_____. **A Educação Da Primeira Infância No Brasil Entre os Séculos XIX E XX**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação No Brasil”,31 – 03, 2012.João Pessoa. Anais. p. 3276-3282. 2012

MALVEZZI, Marilena, R. História e Perspectivas do Projeto Estabelecimento de critérios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil. In: BRASIL. **Subsídios para o Credenciamento e Funcionamento de Instituições Educação Infantil**. Brasília: MEC\SEF\DPEF\COEDI, 1998, p.17-19.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo** – de onde vem, para onde vai? Texto integral do livro publicado pela editora, Senac, S.Paulo,2001 Disponível em:

https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf Acesso em 23jul. 2017

MOLINA, Adão Aparecido. LARA, Ângela Mara de Barros: **Estado E Políticas Públicas Para A Educação E A Infância Brasileira No Final Do Século Xx**. In: IX Congresso Nacional de Educação –EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26-a 29 de outubro de 2009.

NUNES, M. F.R. CORSINO,P. DIDONET, V. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica–Brasília: UNESCO, MEC\SEB\DPE\COEDI**. Fundação Orsa,2011.

OLIVEIRA, Zilma de M. R. D. **Educação infantil: fundamentos e métodos/Zilma de Moraes Ramos de Oliveira**. _7.ed._ São Paulo: Cortez,2011.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009

RIBEIRO, Bruna. **A qualidade na Educação Infantil: Uma experiência de Auto avaliação em creches da cidade de São Paulo**. Dissertação do Mestrado- Pontifica Universidade Católica de São Paulo. Puc –SP. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil**. Cadernos de Pesquisa, n.115.p.25-63.março/2002.

SOUZA, Renata Kerr de. GARCIA, Edelir Salomão. **Um novo olhar: A criança como sujeito de direito no campo da Legislação e dos documentos que regem a educação**. Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc., Naviraí, v. 2, n. 3, p. , jan.-jun. 2015.

QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA

1. Indicadores Sociais:

Município: _____ Região: _____

Quantidade de Habitantes _____ IDH: _____

Renda Percapita _____ Orçamento do Município para a Educação Infantil _____

O Município tem plano Municipal? _____

Quais as metas? _____

2. Política de Educação Infantil

a) Quantidade de creches _____ quantidade de turmas do pré-escolar _____ tem atendimento para as crianças de 0 a 2 anos? (Berçários) _____

b) Quantidade de crianças matriculadas na etapa creche _____

c) Quantidades de criança matriculadas na etapa pré-escola _____

d) Espaço Físico

Observar, registrar (em fotos, vídeos) e descrever o espaço físico da instituição (mobília é adequada a faixa etária? Tem brinquedos, livros de literatura infantil (fabulas e contos de fadas) e material didático (tintas pinceis, lápis coloridos, canetas, massa de modelar, papeis para desenhar) e o espaço é amplo adequado para as crianças se locomoverem, brincarem? É limpo, tem parque infantil com brinquedos, a exemplo escorregos, bolas, casinhas, etc.)

Tem berçários? Descreva; Refeitório? Cozinha? Banheiros\ sanitários? São adaptados para a criança?

e) Rotina: Descreva a rotina da instituição (turno integral parcial)

3. Profissionais

Formação dos professores: quantidade de professores, formação: graduação (cursos)

Contrato de trabalho

Tem formação continuada?

Se sim, como ocorrem?

A instituição tem proposta pedagógicas para a educação infantil?

IMAGENS REFERENTES A ESTRUTURA FÍSICA DA CRECHE ALZIRA COUTINHO



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal